

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Luiz Eduardo Ramos, sobre o pagamento de R\$ 75 milhões do Governo Federal a empresas ligadas a aeronaves suspeitas de garimpo em terra indígena.

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Luiz Eduardo Ramos, sobre o pagamento de R\$ 75 milhões do Governo Federal a empresas ligadas a aeronaves suspeitas de garimpo em terra indígena.

JUSTIFICAÇÃO

Em 20 de setembro, o Brasil247¹, noticiou que o Governo Bolsonaro pagou R\$ 75 milhões a empresas ligadas a aeronaves suspeitas de garimpo em terra indígena.

Segundo a matéria, são aeronaves suspeitas de atuação em mineração na terra yanomâmi, em Roraima. Segundo investigadores, os transportes sofreram alterações em suas partes físicas, com o objetivo de otimizar a logística para garimpos ilegais.

O governo federal pagou R\$ 124 milhões a empresas que fazem uso de helicópteros suspeitos de garantir a logística em garimpos ilegais em terra indígena na Amazônia. Do valor total, R\$ 75 milhões (60,5%) foram pagos nos dois anos e nove meses do governo Jair Bolsonaro.

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-discurso-manifestacao-avenida-paulista/>



Fiscais da Anac encontraram irregularidades em nove aeronaves apreendidas. Conforme a operação, uma das alterações nos aviões foi a retirada de bancos traseiros e a substituição por estruturas de metal ou compensado. Isso viabiliza o "transporte de combustível e de maquinário para as áreas de garimpo", informou a Anac.

Todas as aeronaves estavam descaracterizadas, com bancos traseiros retirados", afirmou o delegado Celso Paiva, da PF em Roraima, responsável pelo inquérito aberto. "Carotes de 50 litros seriam levados para garimpos em território yanomâmi" disse.

Uma operação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) apreendeu ou interditou em Roraima 66 aeronaves suspeitas de atuação em mineração na terra yanomâmi. De acordo com os resultados da ação, divulgadas na última quinta-feira (16), pelo menos 13 pessoas foram presas. A operação teve a participação da Polícia Federal, suporte do Ibama e coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Aeronaves e pilotos suspeitos de abastecer áreas de garimpo são ligados a empresas que recebem dinheiro público para transportar equipes de saúde e indígenas, inclusive os yanomami de Roraima. As empresas são: Cataratas Poços Artesianos, Icaraí Turismo Taxi Aéreo, Emar Táxi Aéreo e Tap Táxi Aéreo.

Por todo o exposto, tendo em vista que se trata de gastos públicos com empresas ligadas a possíveis crimes ambientais, faz-se necessário a busca de mais informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Luiz Eduardo Ramos para que esclareça sobre quais as providências serão tomadas em relação aos contratos vigentes com as empresas aéreas (Cataratas Poços Artesianos, Icaraí Turismo Taxi Aéreo, Emar Táxi Aéreo e Tap Táxi Aéreo) que estão envolvidas com ações ilegais de garimpo.

Plenário, 21 de setembro de 2021.

Dep. Leo de Brito
PT/AC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leo de Brito
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211688431700>